

## **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**

### **Alair Ferreira de Freitas**

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2011).  
Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Parauapebas - PA.  
e-mail: alairufv@yahoo.com.br

### **Maria Izabel Vieira Botelho**

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
(UNESP) (1999).  
Professora Associada do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de  
Viçosa (UFV).  
e-mail: mbotelho@ufv.br

### **Resumo**

Este artigo analisa o campesinato para além da sua dimensão econômica, ressaltando as fundamentais dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa. Tem-se, para tanto, como fio condutor da argumentação, a compreensão de que as categorias terra e família são fundamentais para agregar complexidade e possibilitar entendimentos sobre a dinâmica camponesa. Entretanto, estas categorias, terra e família, também precisam ser entendidas para além da sua dimensão econômica. A reflexão em curso elucida algumas divergências entre diferentes abordagens do campesinato, principalmente aquelas relacionadas à economia camponesa. Ao mesmo tempo, a mesma literatura, quando utilizada à luz de outros autores vinculados a outras vertentes analíticas, sugere novas reflexões acerca da moral camponesa. Assim, a economia camponesa, como parte de uma ordem moral, está imbricada no conjunto das relações interpessoais dos grupos sociais. Esta imersão do econômico no social, e vice-versa, em busca da reprodução de valores, como o valor-Terra e o valor-Família, se configura como uma distinção da economia camponesa. As relações sociais que marcam a economia estão sempre cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las.

**Palavras-chave:** campesinato, economia camponesa, terra, família, dívida.

### **Resumen**

## **"Campesinado como orden moral": (re)visitando clásicos y (re)pensando la economía campesina**

Este artículo analiza el campesinado más allá de su dimensión económica, resaltando como fundamentales las dimensiones morales y sociales constitutivas de la economía campesina. Tiene, por tanto, como hilo conductor de la argumentación, la comprensión de que las categorías tierra y familia son fundamentales para complejizar y posibilitar entendimientos sobre la dinámica campesina. Por tanto, las categorías, tierra y familia, también precisan ser entendidas trascendiendo su dimensión económica. La reflexión expone algunas divergencias entre distintos abordajes sobre el campesinado, principalmente aquellos relacionados a la economía campesina. Al mismo tiempo, la misma literatura cuando las utiliza considerando otros autores vinculados a otras vertientes analíticas, sugiere nuevas reflexiones sobre la moral campesina. Así, la economía campesina, como parte de un orden moral está imbricada en un conjunto de relaciones interpersonales de los grupos sociales. Esta vinculación de lo económico en lo social y viceversa en busca de la reproducción de

valores – como la tierra y la familia – se configura como una particularidad de la economía campesina. Las relaciones sociales que marcan la economía están siempre integradas de construcciones simbólicas que sirven para explicarlas, justificarlas y regularlas.

**Palabras-claves:** campesinos, economía campesina, tierra, familia, regalo.

### Abstract

#### **"Peasantry as moral order": (re)visiting classics and (re)thinking about the peasant economy**

This paper analyzes the peasantry beyond the economic dimension, stressing the fundamental moral and social dimensions. To this end it uses as argumentative thread, the understanding that the categories land and family are essential for adding complexity and enabling understanding of the dynamics peasantry. These categories, land and family, must be understood apart from their economic dimensions. The discussion clarifies some of the differences between varied analytical approaches to the peasantry, especially those related to peasant economy. Informed by other authors, some of the same literature can be read to suggest new thinking about the moral order of the peasantry. The peasant economy, as a moral order, is embedded in the social world. The crisscrossing of social and economic realms reproduces values, such as the Land-value and Family-value, in ways that distinguish the peasantry. The social relations that characterize the peasant economy are infused by symbolic constructions that serve to explain them, justify them and regulate them.

**Keywords:** peasantry, peasant economy, land, family, gifts.

### Introdução

A dimensão econômica tem sido o foco de análise de diversos estudos sobre campesinato sendo, frequentemente, definido como uma categoria social em sua perspectiva econômica. Alguns estudos sobre campesinato também o colocam em contraposição à cidade, enfatizando a sua inferioridade social e de interdependência ao urbano.

Robert Redfield, em seu livro "O mundo primitivo e suas transformações" (1964), é um dos autores que melhor exprime a orientação segundo a qual o campesinato se define a partir da existência das cidades, e está numa condição de submissão às camadas urbanas. Para este autor, a relação existente entre o camponês e a cidade é de interdependência, principalmente por uma complementação econômica. Apesar de sua íntima interação com o ambiente natural, o camponês necessita de bens produzidos nas cidades (industrializados) para garantir sua reprodução (sal e querosene são os exemplos mais comuns expostos pelo autor).

Essa característica permite reforçar a ideia de que o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado (WOLF, 1976), e que possui formas particulares de organização, as quais variam de um ambiente para o outro. A natureza das relações mantidas pelo campesinato, portanto, provocam inúmeras peculiaridades entre os diversos grupos camponeses nos diversos ambientes sociais e geográficos em que se fixam.

Nas teorias sobre campesinato, a descrição de suas características, vistas por diferentes "lentes", sobre diferentes espaços geográficos e temporais, faz-se chegar à conclusão de que certos traços são recorrentes em sua definição, embora consideradas as especificidades de diferentes grupos camponeses. Pereira de Queiroz (1973) a partir de diversas abordagens e tentativas de definição do camponês, conclui que:

O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte de aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, ele é policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada a obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar - de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão-de-obra familiar. De forma geral, o destino da produção define a organização do trabalho no interior da família. [...] Economicamente, define-se, pois o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo. Sociologicamente, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada de uma sociedade global - subordinação econômica, política e social. (p. 29-30).

Percebe-se que a economia camponesa é uma economia familiar destinada prioritariamente à manutenção da família e não à maximização dos meios de produção através da inserção integral em grandes mercados. O lucro não é o fim principal ou último de sua produção. Contudo, isto não exclui a perspectiva de que se almeje o lucro. Tampouco se pode considerar que esse lucro provenha exclusivamente de atividades rurais. As tentativas de enquadramento conceitual do campesinato por vezes limitam a sua própria compreensão nas sociedades contemporâneas e incidem, como argumenta Ploeg (2008, p. 35), no risco de tornarem-no “imperfeições temporárias” ou uma “anomalia irrelevante”. Algumas das lacunas nas teorias do campesinato serão discutidas posteriormente.

Neste sentido, as características que distinguem os camponeses têm sido procuradas nas relações desiguais de poder, “como uma camada subordinada de uma sociedade global” (QUEIROZ, 1973, p. 30). Essa afirmativa, apesar de caracterizar parte do campesinato, não possibilita compreendê-lo na atualidade. Não obstante poder ser verificada na atualidade, ela se apresenta incompleta para compreender o campesinato. Do ponto de vista da subordinação econômica<sup>1</sup>, a economia camponesa seria resultante da equação simplista que conjuga exclusivamente a produção agrícola como receita total, subtraída da demanda interna da família (autoconsumo/subsistência) e dos gastos para aquisição de produtos essenciais à sua reprodução, não produzidos por ela, mas adquiridos nas cidades. Em síntese, a unidade doméstica é concebida apenas como uma unidade de produção e consumo.

Tendo em vista as ideias esboçadas acima, existe a necessidade de se analisar o campesinato como uma categoria social para além da dimensão econômica. Cabe-nos, então, questionar: que fatores para além da dimensão econômica e mercantil condicionam as estratégias de reprodução socioeconômicas dos camponeses? Qual a natureza da economia camponesa? Como terra e família, duas categorias sempre mencionadas quando se discute campesinato, são concebidas no interior da economia camponesa? São-lhes atribuídas valorações diferenciadas da economia mercantil?

Orientados por estes questionamentos e pela bibliografia consultada, parte-se da hipótese, neste ensaio teórico, de que existe um conjunto de normas sociais, obrigações morais e representações sobre direitos e costumes tradicionais que orientam a dinâmica econômica dos diferentes grupos camponeses. O foco da discussão que se pretende elaborar é, portanto, a economia camponesa em sua essência. O objetivo central a que nos propomos é discutir as dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa, tendo como fio condutor da argumentação, a compreensão de categorias que lhe são determinantes, especificamente terra e família.

<sup>1</sup> É importante ressaltar que ao se falar em subordinação do campesinato, não se trata apenas de uma subordinação econômica, mas de formas de subordinação que se vinculam a outras dimensões (política, cultural, etc.).

Esta abordagem irá considerar, como referencial empírico, um campesinato que se constitui, principalmente, a partir da exploração mineradora no século XVIII e se amplia, em alguns municípios, com o declínio da economia cafeeira na região da Zona da Mata de Minas Gerais, no final século XIX. O declínio das fazendas produtoras de café contribuiu para o incremento de unidades produtivas menores, o que, na atualidade, caracteriza o perfil das propriedades na região que, em geral, não ultrapassam 100 ha, com predomínio de propriedades entre cinco e 20 ha. Entretanto, vale ressaltar que a marca da economia mineira no século XIX não foi de uma produção agrícola para exportação como ocorre no Rio de Janeiro, por exemplo. De acordo com Martins (1980), a grande lavoura do café para exportação permaneceu confinada a poucos municípios da região da Zona da Mata. A região, em geral, consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente, produzindo para o consumo próprio e vendendo os excedentes nos mercados locais.

Atualmente, parte significativa deste campesinato não tem a propriedade da terra, e nela trabalha na condição de parceiro. Este campesinato, como em outras regiões do Brasil e do mundo, apresenta inúmeras diferenciações, reafirmando a existência de uma diversidade ampla e, portanto, impossível de ser tratado como um grupo social homogêneo. Ao contrário, e como afirma Shanin (2005, p. 1), ao se referir ao campesinato, “em qualquer continente, estado ou região, os assim designados (camponeses), diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. Na Zona da Mata mineira, as diferenciações camponesas vinculam-se, sobretudo, às diferentes composições étnicas e culturais que delineiam modalidades de cultivo e relações diferenciadas com os mercados locais, regionais e internacionais, principalmente para um grupo que produz, além de outros bens agrícolas, café orgânico. Por meio de cooperativas e, ou associações, estes agricultores destinam parte da sua produção de café ao *Fair Trade* ou mesmo ao mercado nacional.

Essa referência empírica emerge como lastro da discussão teórica proposta neste trabalho. Neste contexto, é importante salientar também que a trajetória histórica do campesinato na referida região passa ainda por mobilizações políticas para conquista de terras, formando grupos de camponeses em busca de autonomia no trabalho e propriedade da terra. O conteúdo social e simbólico da atuação política desse campesinato está ancorado no trabalho de setores da igreja católica (principalmente as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's) que, por intermédio da fé, conectavam as famílias no meio rural, as quais sempre exerceram papel basilar na organização econômica. O sindicalismo também foi fundamental na construção do campesinato como categoria social na Zona da Mata Mineira, articulando ações de luta por direitos e representação política.

Para compreender dimensões não-econômicas da economia camponesa é preciso antes relativizar a própria noção de economia. Necessita-se de uma abordagem em que a economia seja vista enquanto parte constituinte das relações sociais, ou seja, deve-se ter uma visão diferenciada do conjunto de relações que permeia o tecido social, dando um caráter mais amplo à economia, para além de uma perspectiva neoclássica, em que a economia é vista como esfera autônoma da vida social.

Para a construção dos argumentos aqui apresentados tratar-se-á, na próxima seção (seção 2), da construção do campesinato a partir de alguns autores clássicos. Na seção 3, apresenta-se uma abordagem sociológica da Economia, pouco trabalhada nas análises sobre o campesinato. São utilizados alguns referenciais da teoria da dívida, a qual contribui para a compreensão dos fundamentos das relações econômicas entre os camponeses e a construção da terra com dívida e a família como o *locus* da dívida. A nova sociologia econômica permite a compreensão da economia camponesa como produto das interações sociais. Na seção 4, discute-se a economia camponesa com base em alguns autores expoentes, sinalizando para a terra e a família como categorias essenciais na construção de uma ordem moral camponesa. Na última seção são elaboradas algumas considerações finais.

## **O campesinato: abordagens e definições**

O surgimento da burguesia, com o advento das cidades, marca a transformação das sociedades agrárias feudais. A mudança da sociedade feudal para uma sociedade burguesa, integrada por novas formas de subordinação, muda, sobretudo, as instituições sociais. “O direito de propriedade e o dinheiro tomam o lugar da servidão, do direito de polícia e do domínio eminente” (MENDRAS, 1978, p. 13). Trata-se, portanto, de uma mudança nas principais instituições que organizam a sociedade e a vida cotidiana. As “novas” instituições passam a determinar novas configurações às sociedades.

A sociedade camponesa, de acordo com Mendras (1978), surge no seio destas transformações. A sociedade agrária, subordinada à cidade e à centralidade da burguesia, e não mais à feudalidade, transforma-se em campesinato (MENDRAS, 1978). Redfield (1964) foi um dos primeiros autores a enfatizar que esse relacionamento é imprescindível, já que para ele o campesinato só existe a partir das cidades.

Numa tentativa de caracterizar a sociedade camponesa, tomando como referência a noção de “tipo ideal camponês”, Henri Mendras (1978), pesquisando o campesinato europeu, cria uma tipologia para diferentes grupos sociais estabelecida em três especificações como selvagem, camponês e agricultor. A partir desta tipificação Mendras elabora sua abordagem comparando as diferenças existentes entre os mesmos. Numa similar perspectiva, Redfield (1964) também estabelece uma comparação, enfatizando uma oposição esquemática entre “tipos sociais”. Mendras, na tentativa de definir um tipo ideal camponês estabelece suas distinções em relação a outros grupos sociais:

O *selvagem* vive em uma coletividade restrita, isolada do mundo exterior com o qual só mantém relações de guerra e de troca; ele vive do que produz, e não existe especialização de tarefas, cada um participando da produção dos alimentos; todos conhecem todos no seio da coletividade; a posição de cada um e as tarefas que lhe cabem, são definidas por seu pertencimento à sua linhagem, sexo e idade. O *agricultor* vive em uma sociedade industrial “de massas”, na qual as coletividades locais não têm mais autonomia do que outros grupos ou organizações (das quais ela também faz parte) e são o último degrau de uma rede político-administrativa; a produção agrícola, comentada pelo mercado, faz-se ainda comumente em empresas familiares, mas, tendo desaparecido o autoconsumo, o consumo familiar não tem relação com a produção, que é inteiramente comercializada. (...) Por contraste com o selvagem e o agricultor, o tipo ideal de *sociedade camponesa* se define pelos cinco traços seguintes: i) autonomia relativa das coletividades camponesas; ii) importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica; iii) autarquia relativa que não distingue consumo e produção e mantém relações com a economia envolvente; iv) relações de interconhecimento dentro das coletividades; e, v) função decisiva de mediadores entre sociedade camponesa e sociedade envolvente<sup>2</sup>. (MENDRAS, 1978, p. 14).

Partindo desta perspectiva comparativa, outros autores clássicos das teorias do campesinato (REDFIELD, 1964; WOLF, 1976) constroem seus modelos explicativos seguindo uma concepção evolucionista sobre os tipos de sociedade. A sociedade camponesa seria uma evolução a partir da sociedade primitiva e, para entendê-la, é preciso constantemente contrastá-la com esta última. Nesta perspectiva evolucionista, o camponês parece estar a meio caminho entre o primitivo e o moderno. Entretanto, o que as distingue não é a maior ou menor relação que mantém com outros tipos de sociedade, mas é, sobretudo, a natureza dessas relações.

<sup>2</sup> Sociedade envolvente é o termo usado por Mendras (1978) para se referir à capacidade da sociedade industrial urbanizada de envolver as culturas e economias, enfim, as sociedades que se encontram fora de seu padrão de organização e desenvolvimento. Trata-se, portanto, da capacidade de provocar mudanças institucionais a partir da dinâmica do modo de produção industrial capitalista.

Além da abordagem evolucionista, aqueles autores ainda utilizam outro parâmetro para definir o conceito de camponês: a análise das relações verticais externas, sempre em subordinação a grupos dominantes, como nas relações de patronagem. Neste sentido, o campesinato é definido a partir de “uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedente e o grupo dominante” (WOLF, 1976, p. 24). Assim entendido, o campesinato é visto prioritariamente a partir de suas relações econômicas com a sociedade industrial. Igualmente, as dimensões não econômicas da economia são relegadas a categorias marginais na explicação do campesinato, pois tendem a sucumbir com o aparecimento das cidades.

Com grande frequência, na literatura pesquisada, o campesinato foi construído como uma economia. Ou seja, o termo camponês era designado para compreender a manifestação de formas econômicas distintas (e retrógradas) das sociedades industriais. A economia camponesa era analisada sob uma ótica puramente economicista, não considerando as possibilidades qualitativas de compreensão das práticas sociais mais amplas.

Não obstante a riqueza e a amplitude do alcance da abordagem clássica sobre o campesinato, Ploeg (2008) argumenta que os resultados dessa tradição multifacetada são inadequados para compreender efetivamente as condições camponesas na contemporaneidade. Para este autor, as lacunas das teorias sobre o campesinato podem ser resumidas em quatro pontos (PLOEG, 2008, p. 36-38):

1. As abordagens clássicas dividem o mundo em duas partes e aplicam teorias e conceitos diferentes a cada uma, reproduzindo, assim, imagens contrastantes - imagens de mundos diferentes habitados por pessoas diferentes. A fronteira decisiva entre esses dois mundos é o desenvolvimento: “enquanto uma parte é desenvolvida a outra é subdesenvolvida”.
2. “O *modo camponês de fazer agricultura* tem sido, amplamente, negligenciado”. A ênfase tem sido posta no envolvimento com a agricultura como um dos elementos que definem a produção camponesa. Por conseguinte, “o caráter distintivo dos camponeses tem sido procurado, essencialmente, nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais”.
3. Os estudos têm negligenciado o reconhecimento da “condição de agente” dos camponeses, “o que é uma consequência óbvia (não intencional) do seu posicionamento epistemológico. Os camponeses são frequentemente representados como ‘vítimas passivas’”.
4. A literatura não considera “o elemento-chave da grande onda de modernização que se espalhou pelo terceiro Mundo tal como aconteceu na Europa e no resto do mundo”.

A implicação teórica destas constatações é que a natureza do campesinato está muito além de uma economia. Para superar estas lacunas é necessário partir de referências que dêem conta de compreender as condições camponesas, que não são estanques. A própria economia camponesa precisa ser relativizada e amparada teoricamente sob novos olhares.

Com o propósito de enriquecer teoricamente os estudos camponeses, Ploeg (2008, p. 40) formula as características do que ele denomina de a “condição camponesa”:

As características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se caracteriza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma

base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Seguindo essa concepção, o campesinato não pode ser traduzido como o produto de uma condição social historicamente desfavorável. Tampouco as relações externas do campesinato podem ser compreendidas como a motivação da racionalidade mercantil. Elas seguem, de acordo com Ploeg (2008, p. 43), a necessidade de contração e retração nos momentos apropriados, tentando evitar as armadilhas. Essas relações são construídas e alteradas de acordo com os “repertórios culturais locais”; são as economias morais que definem a natureza dessas relações.

K. Woortmann (1990) extrapola a dimensão estritamente econômica apontada como lacuna das teorias e propõe o campesinato como uma ordem moral. Nesta vertente, a família enquanto um valor social tem papel central na organização da economia. E a terra é concebida como patrimônio, não como simples mercadoria; é uma dívida determinante da perpetuação e reprodução da família.

O campesinato como ordem moral transcende a natureza econômica posta em evidência na literatura para ser objeto teórico da antropologia e da sociologia. Sob novos olhares, a economia camponesa amplia suas dimensões constitutivas e passa a conceber a racionalidade econômica como produto das interações sociais.

## Repensando a economia

### *A teoria da dívida*

Sob a perspectiva da teoria da dívida, que tem importante contribuição de Marcel Mauss, a economia é concebida como um sistema de trocas baseadas no princípio da reciprocidade. Para Mauss (1974), o que explica a continuidade das relações econômicas entre as coletividades é a existência da obrigação moral de retribuição do bem trocado. Esta é a principal característica da dívida. Neste sentido, as relações econômicas não se resumem à troca de objetos materiais, mas é antes, carregada de valores simbólicos. Este é um dos pressupostos para a compreensão da economia como uma ordem moral.

A natureza da dívida é estabelecer vínculos sociais através de um sistema composto pelos momentos de dar-receber-retribuir. Embora aconteçam de forma espontânea, esses momentos cultivam implicitamente uma obrigação moral que condiciona o comportamento dos indivíduos. Portanto, dívida, obrigação e liberdade se misturam no campo das relações sociais. Sob essa ótica, as ações econômicas são orientadas por um aparato legal e moral que se fundamenta na construção de laços sociais imbuídos de reciprocidade e solidariedade.

Através da dívida, Mauss tenta explicar onde está a força, ao mesmo tempo mística e prática, que agrega os grupos sociais e também os divide, que orienta seu trabalho e ao mesmo tempo os induz à troca. Para o autor, o que motiva a ação econômica não é apenas o valor de troca. A essência dessa ação não está exclusivamente na troca de bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, do uso dos valores, dos bens simbólicos e imateriais culturalmente construídos por um grupo, em que o mercado é apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente (MAUSS, 1974).

Mauss, em o “Ensaio sobre a dívida”, afirma que a tríade dar-receber-retribuir refere-se a uma obrigação que estrutura as sociedades arcaicas, e remonta a certa universalidade que se traduz como um fenômeno social total (MAUSS, 1974). Ou seja, diz respeito ao conjunto das dimensões da ação e exerce profunda repercussão em toda a sociedade.

A Economia, sob a ótica da dívida na modernidade, constitui um sistema de relações propriamente sociais à medida que estas são irredutíveis às relações instrumentais de interesse econômico estrito (GODBOUT, 1999). A dívida não é antes de tudo um sistema

econômico, mas um sistema social das relações de pessoa a pessoa. O interconhecimento proporcionado pelas relações de proximidade dentro das coletividades nutre os vínculos sociais e conecta a ação econômica a uma ordem moral, instituída através de processos sócio-históricos que convergem para a necessidade de manutenção da troca como instrumento de sociabilidade: do sistema econômico como um sistema social.

A “economia da dádiva” (CHEAL, 1988 apud GODBOUT, 1999) é, portanto, um sistema de circulação de coisas imanentes aos próprios vínculos sociais. Em função disso, Godbout (1999) afirma que esses pressupostos são válidos como instrumentos analíticos mesmo nas sociedades modernas. Para este autor, as trocas devem ser analisadas não a partir do que circula, mas a partir dos vínculos por onde circulam.

### *A nova sociologia econômica*

A sociologia, em suas raízes históricas, conferiu ao homem uma concepção de pessoa obediente às normas e valores internalizados de seu meio social, resultantes de sua socialização, ou seja, o comportamento era considerado uma aplicação automática e mecânica de normas culturais. Essa interpretação é chamada por Granovetter (2003) de concepção sobresocializada da ação humana. Sob esta concepção, os indivíduos assumem papéis na sociedade que seriam determinados pela estrutura social. A ação individual e interessada não seria possível, pois as pressões e as coerções sociais seriam automáticas e interiorizadas, por conseguinte, imperceptíveis em relação à sua manifestação na determinação da ação humana.

Em contraposição, as economias clássicas e neoclássicas fundamentam-se em uma tradição utilitarista e atomizada, em que o homem, independente, guia-se pela estrita racionalidade econômica (ABRAMOVAY, 2004). Neste sentido, a ordem social seria resultado da autonomia plena dos indivíduos. Nos mercados, a ordem seria assegurada pela livre concorrência, pela manifestação do auto-interesse como mecanismo determinante do comportamento humano. Esta concepção levou os economistas a se voltarem à análise dos comportamentos motivados pelo interesse, ao modo como as pessoas fazem suas escolhas. Isto remete à ideia de que a economia assume outras motivações de caráter não-racional, mas associa a análise da interferência dessas motivações na ação humana a outras áreas do conhecimento, como a sociologia.

A convergência destas concepções (da economia e da sociologia) era que as escolhas são feitas por atores atomizados, e as soluções para o problema da ordem na sociedade estão no fato de ambas divorciarem os atores de seu contexto social mais imediato (GRANOVETTER, 2003).

É a partir da operacionalização dos conceitos de “racionalidade limitada” (ABRAMOVAY, 2004) e “custos de transação” (NORTH, 1990)<sup>3</sup> que a concepção da economia clássica começou a ser contestada por uma de suas vertentes: a Nova Economia Institucional (NEI). Estes conceitos surgem tentando explicar que as ações humanas não são centradas apenas no auto-interesse e não refletem simplesmente um cálculo de custo de oportunidade. Mas são influenciadas por regras e valores partilhados, que são condicionados e aplicados pelo conjunto das relações sociais. Contudo, a NEI não postula uma ruptura com a tradição ortodoxa da economia, mas traz outras concepções e métodos à luz da economia para interpretar a *performance* econômica a partir das instituições.

Justamente nesse momento que as ciências sociais passam por um processo de “*virada cognitiva*”<sup>4</sup> – para usar a expressão de David Dequech apud Abramovay (2004),

<sup>3</sup> Para North (1990) custo de transação diz respeito às incertezas relacionadas principalmente a informação necessária para realização de determinada transação (não somente financeira); são as razões que fazem com que as decisões dos atores envolvidos na transação com frequência não reflitam simplesmente um cálculo de custo de oportunidade.

<sup>4</sup> Identificada principalmente na grande expressão da nova economia institucional, que passa a questionar os princípios universalizados da economia ortodoxa.



caracterizada como uma mudança nos aparatos explicativos e esforços cognitivos de explicação da ação econômica, é que acontece uma de suas grandes conquistas: a aproximação entre os campos teóricos da economia e da sociologia.

Nesse contexto, surge a Nova Sociologia Econômica (NSE), através da qual as relações entre o econômico e o social são reconfiguradas, e seu conteúdo é redefinido. Com o foco no estudo dos mercados como produto das interações sociais, o econômico não é mais reduzido ao mercantil para valorizar o não mercantil e o não monetário. A premissa básica da NSE, que também é referência neste trabalho, reforça que a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; as instituições econômicas são socialmente construídas.

Para Steiner (2006) o objetivo mais específico da Sociologia Econômica é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) social dos fenômenos econômicos. Partindo desse objetivo, a NSE se diferencia da sociologia marxista ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia. Por outro lado, ela reconsidera outros clássicos (Weber, Durkheim, Simmel), a partir de sua tentativa de dar conta da economia como totalidade social (LÉVESQUE, 2007).

Mark Granovetter, um dos mais expressivos autores da NSE, defende que a maior parte do comportamento humano encontra-se profundamente imbricado (*embedded*) em redes de relações interpessoais (GRANOVETTER, 2003). Este argumento, que se tornou uma máxima da NSE, evita as visões extremistas das perspectivas subsocializadas e sobresocializadas da ação humana, levadas adiante pela economia clássica e pela sociologia. Isso permite entender que os atores envolvem-se em ações sócio-políticas entre si e constroem culturas locais que orientam a sua interação numa trama de relações concretas e contextualizadas (FLIGSTEIN, 2003).

Steiner (2006) sintetiza três principais dimensões da sociologia econômica: 1) as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas (construção social das relações econômicas) – mostram como as relações sociais (domésticas, principalmente) redefinem sensivelmente o uso da moeda conforme a origem da renda; 2) dimensão analítica na explicação sociológica das variáveis mercantis; e, 3) a sociologia econômica comporta uma dimensão cultural e cognitiva.

As dimensões cultural e cognitiva da economia, enfatizadas especialmente por Di Maggio, confirmam a idéia de que a cultura pode moldar as instituições econômicas e os negócios (DI MAGGIO, 2003). Como argumenta Abramovay (2004), o importante no trabalho de Di Maggio é sua insistência na idéia de que os modelos mentais dos atores não devem ser buscados, contrariamente ao que propõe North, nas ciências da cognição, e sim na cultura, isto é, na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Pode-se concluir a partir desse breve panorama da NSE que:

[...] por meio de suas diversas correntes, ela [a NSE] busca demonstrar que a economia é social. A economia é social pelos seus *inputs*, sejam estes subvenções, bens coletivos e públicos, sistema social de inovação, engajamento de empregados para além do contrato de trabalho ou, ainda, coletividades locais que aportem capital social, dotações institucionais e dotações culturais. Ela o é também por *outputs*, que não são apenas bens e serviços produzidos, mas também exterioridades, tais como empregos, desenvolvimento de coletividades, relação com a natureza, qualidade de vida, etc. Além disso, a NSE acrescenta que a economia é social pelo fato de o mercado constituir tanto uma forma institucional e organizacional como uma construção social. Enfim, a coordenação das atividades econômicas e da circulação de bens diz respeito ao mercado, à hierarquia e a governanças baseadas num nível elevado de engajamento social, como é o caso das associações, das redes, das alianças, das comunidades e coletividades as mais diversas. (LÉVESQUE, 2007, p. 57).

Nesta perspectiva, a reciprocidade como fundamento da economia, negada pela sua vertente clássica, encontra fundamento no próprio interesse do indivíduo. Levar em consideração a moral e as interações sociais nas ações econômicas é importante para compreender formas às vezes surpreendentes de alocação do tempo, do trabalho e dos patrimônios das famílias. Na seção que se segue apresenta-se as abordagens teóricas acerca da economia camponesa.

## A economia camponesa

E. Woortmann (1995), ao analisar a perspectiva teórica dos economistas europeus sobre o campesinato, destaca criticamente a abordagem de Chayanov (1974), interlocutor fértil da antiga escola austríaca-alemã e crítico da perspectiva marxista à época em que aquele autor analisa o campesinato russo. Chayanov (1974) considera a família uma unidade de força de trabalho e de consumo. Esta é vista como grupo doméstico sob uma “ótica econômica” e não um valor cultural. Essa ótica se vincula à perspectiva clássica da economia que, assim como mostrou Abramovay (2004), atomiza os atores e exclui elementos não econômicos do campo analítico da economia. A família é, sob este prisma, uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção (CHAYANOV, 1974) e, a terra, constitui o principal fator de produção, independente de seu conteúdo ideológico.

Chayanov, ao centrar-se em um viés economicista, traduz a lógica da reprodução socioeconômica do campesinato como estratégias diversificadas para maximizar os fatores de produção e garantir seu padrão de consumo. Analisando isoladamente a unidade doméstica, esse autor não ultrapassa os limites da família, restringindo-a a resultado de cálculos econômicos para reprodução do grupo doméstico. De acordo com E. Woortmann (1995), Chayanov não consegue atingir uma visão qualitativa sobre o campesinato e mantém submersos (e por vezes ausentes) em suas análises aspectos importantes da economia camponesa.

Na perspectiva de Wolf (1976), a economia camponesa é pensada em suas relações com o “mundo exterior”, notadamente com as cidades, berço da sociedade industrial. As sociedades industriais separam (e isolam) as atividades econômicas das outras, organizando o trabalho fora dos grupos domésticos. Já as sociedades camponesas organizam a vida econômica no seio destes grupos. Assim, os grupos domésticos camponeses caracterizam-se principalmente pela sua estabilidade e seu alicerce patrimonial, características fundamentais da economia camponesa.

A lógica da economia camponesa funda-se em elementos particulares. Partindo da necessidade de mobilização e conservação de bens econômicos para serem usados em momentos “estratégicos” são criados, como aponta Wolf (1976), os “fundos” camponeses, definidos por necessidades contextuais. O *fundo de manutenção*, mais usado como um fundo de seguros, era destinado aos gastos necessários à restauração de equipamentos e instalações da propriedade, tanto para a produção como para o consumo. O *fundo cerimonial* era usado para a sociabilidade e o reconhecimento social, financiando os cerimoniais que cercam tais relações. Existia também o *fundo de aluguel*, referente ao ônus pago pelo camponês aos detentores dos meios de produção e da terra (“fundo de poder”) pelo seu uso (quando o camponês não é proprietário). É principalmente o fundo de aluguel, de acordo com o autor, que distinguia o camponês dos cultivadores primitivos.

Mas para Wolf (1976), assim como em Redfield (1964), independente do arranjo entre atividade econômica e grupos domésticos, é necessário que, para além da organização interna do grupo ou da família, a ênfase na análise sobre a economia camponesa seja posta nas relações entre sociedade camponesa e sociedade industrial, uma vez que esta última quem mais frequentemente determina os limites e as condições da autonomia camponesa:

[...] o eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares. Ainda em relação a esse problema básico, o camponês pode seguir duas estratégias diametralmente opostas. A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo. (WOLF, 1976, p. 31).

Apesar de ultrapassar uma definição instrumental de camponês como uma simples categoria econômica, Wolf encontra dificuldades para romper com um viés funcionalista e uma abordagem econômica. Para ele, por exemplo, a propriedade privada é, antes de tudo, uma mercadoria. Isso exclui da economia enquanto categoria analítica, seu potencial de explicação do comportamento humano. A nova sociologia econômica e a teoria da dívida apontam para a percepção dos valores simbólicos e culturais como fundamentais na moldagem das representações sociais dos camponeses, por exemplo, sobre a terra, que podem (re)significá-las e torná-las valores morais, muito além de uma simples mercadoria.

Como bem apontou E. Woortmann (1995), essa visão sobre o campesinato reflete a ênfase dos estudos em geral, os quais recaem sobre a unidade doméstica como unidade de produção e consumo. O trabalho desta autora é importante, pois discute as principais teorias do campesinato e ressalta que as mesmas *não* levam em consideração a dimensão do parentesco como princípio organizatório e como elemento central da reprodução social do campesinato. Ressalta ainda que as análises sobre a economia camponesa implicavam na racionalidade econômica como orientadora das interações sociais, reforçando a ênfase economicista das empreitadas teóricas.

Já K. Woortmann (1990) pensa a economia camponesa mais como *oeconomia* do que como *economics*; mais como *oikos*. A economia camponesa é carregada de valores e ancorada principalmente sobre a instituição família. Não que a economia camponesa não possa ser analisada sob o ponto de vista da unidade de produção e consumo, mas se limitar a ela é negar que esteja circunscrita em uma moralidade.

A dimensão moral da economia camponesa é construída socialmente no interior dos grupos domésticos. São muitas vezes normas sociais e obrigações morais - acordos tácitos que condicionam as atividades econômicas. Considera-se, então, que as dimensões moral e simbólica são determinantes da economia camponesa (E. WOORTMANN, 1995; K. WOORTMANN, 1990). À economia, neste sentido, são atribuídas dimensões não mercantis e não econômicas, como propunham a teoria da dívida e a NSE. Como apontou Mauss (1974) e complementou Godbout (1999), as normas sociais e obrigações morais implícitas nas relações de troca são essenciais para a manutenção da própria economia.

Desta maneira, pode-se discutir a economia camponesa sob a perspectiva de que ela está imersa em uma ordem moral cujo significado repousa, principalmente, na interconexão das categorias terra e família. A família encontra-se no cerne da economia camponesa e se reproduz a partir de sua coesão em torno da terra como seu patrimônio. Ambos, terra e família, podem ser concebidas como valores – o valor-Terra e o valor-Família.

Essas categorias são centrais, criadas e recriadas no plano da cultura. Elas agregam um conjunto de significações que se articulam no universo das representações sociais, na dimensão cognitiva do comportamento camponês. São, por isso, categorias que modificam a noção de economia, distinguindo-a de uma ordem puramente técnica e configurando-a como uma ordem moral.

Terra e Família se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais da economia camponesa, como honra e a hierarquia. Isso explicita a dualidade entre ordem técnica e ordem moral. Nas sociedades industriais modernas, as categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras. Elas assumem outras dimensões e níveis de importância: a terra não é pensada em função da família, mas em si mesma, como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com a terra (K. WOORTMANN, 1990).

Para compreender melhor como estas categorias mantêm uma relação constitutiva com a ordem moral camponesa, é necessário trabalhá-las mais detalhadamente. Terra e Família serão analisadas de forma específica nas seções que se seguem. No entanto, o recorte analítico privilegia uma abordagem destas categorias como valores, a partir dos referenciais da NSE e da teoria da dádiva para tentar expressar sua relação com a economia e a ordem moral camponesa. A terra não é analisada como uma mercadoria, mas como uma dádiva para o camponês. A família, *locus* principal da dádiva, é central na organização econômica camponesa.

### *Valor-Terra*

K. Woortmann (1990), ao falar de uma ordem moral camponesa, trata da “ética camponesa” que lhe é constitutiva, isto é, de uma forma peculiar de perceber as relações dos homens entre si e com as “coisas”, notadamente a terra. A ética camponesa é determinante das relações do homem com a terra. Mais que objeto de trabalho e de exploração física, a terra é o espaço social da família. Não se versa sobre um fator de produção, mas, sobretudo, de um valor moral.

Wolf (1976) é um dos autores que sinalizou, apesar de não aprofundar, a tese de que terra não é apenas fator de produção, tal como percebido na análise de Chayanov (1974). Ela é também patrimônio, carregado de valores simbólicos. A terra enquanto patrimônio está intimamente associada ao princípio da descendência, e sua “indivisibilidade” (MENDRAS, 1978) é, com frequência, citada como o princípio da sucessão. É justamente o que garante a perpetuação de uma linhagem, pois se torna a sustentação econômica e, principalmente, moral de uma família. Assim como afirma E. Woortmann (1995), a terra não é apenas uma materialidade, mas igualmente uma sacralidade; é concebida como uma dádiva.

A terra não é para o camponês apenas seu objeto de trabalho. Em síntese, ela deve ser analisada também como expressão de uma moralidade, não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Não se trata da natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas do patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a própria família enquanto valor. “Como patrimônio, ou como dádiva, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (K. WOORTMANN, 1990, p. 12).

Patrimônio aqui não se restringe à noção de propriedade privada. Não obstante ter valor de mercado, o que regula a transmissão da terra, para além do valor de troca, é seu valor de uso. A transmissão da terra é assim condicionada pelos valores morais intrínsecos a ela, cultural e historicamente determinados pelas interações sociais no interior da família e pela obrigação moral de garantir a manutenção dessa dádiva aos descendentes, assim como mostrou Godbout (1999) ao analisar a herança como uma forma de dádiva na modernidade. Garantir a integridade do patrimônio nesse circuito da dádiva, operacionalizado na descendência pelas relações de parentesco, é uma obrigação moral.

[...] A terra é domínio do parentesco num duplo sentido: é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória, onde a genealogia se funde com a história-mito fundante da identidade. (E. WOORTMANN, 1995, p. 311).

A terra é, então, parte de uma ordem moral que consubstancia a identidade da família, que protege uma história carregada e moldada por valores. Ela é condição de realização do sujeito trabalhador e da concretude da família. Ela expressa um valor, o valor-Terra.

### *Valor-Família*

Todos os autores da vertente econômica européia da teoria do campesinato consideram a família como central para a compreensão do campesinato. Mas, o que se enfatiza é, fundamentalmente, a produção econômica e capacidade produtiva da família, mais do que a produção social da família, como instituição e como valor, ou as relações entre famílias. O foco de análise se ateve preponderantemente à unidade familiar e pouco se explorou sobre as relações externas à família (E. WOORTMANN, 1995).

As convergências dessas abordagens apontam que o indivíduo está subordinado à família. Ou seja, os comportamentos individuais são condicionados pelas determinações coletivas, reafirmando a premissa da NSE acerca do condicionamento social da ação econômica. Parte-se da constatação de uma rede social que conecta os indivíduos e induz a socialização. Isso decorre dos laços de parentesco e de vizinhança, consolidados através do casamento como instituição, e da aceitação da condição de camponês como ordem moral. Ainda que expresso numa linguagem de solidariedade, a relação de parentesco surge como um ciclo de obrigações morais no interior dos grupos.

A manutenção das relações interpessoais e afetivas entre os membros de um grupo é condição *sine qua non* para reprodução das sociedades camponesas. Estas relações, por sua vez, consolidam-se sobre o patrimônio familiar, que garante a reprodução da família sem a dispersão de seus membros. Some-se a isso, a institucionalização de códigos morais e convenções que regulam o uso desse patrimônio, os conflitos, os comportamentos e promovem a coesão da família.

A hierarquia familiar é um dos componentes centrais da ordem moral camponesa (K. WOORTMANN, 1990). A estrutura familiar, centrada numa hierarquia entre as posições ocupadas, é fator determinante na composição social do arranjo de trabalho sobre a terra. A divisão social do trabalho é determinada por esta hierarquia, onde mulheres e crianças podem ter apenas papel acessório. O caráter familiar do trabalho seria o elemento central de uma lógica econômica própria do “modo de produção” camponês. O trabalho é aqui concebido como um valor ético próprio da família.

Por essas questões que um projeto coletivo de família é a pedra de toque da organização social camponesa (K. WOORTMANN, 1990). A economia camponesa se materializa como instrumento dessa organização, para dar condições de reprodução social e simbólica das subjetividades sobre as quais se edifica o valor-Família. A economia camponesa é, portanto, uma economia familiar, uma economia moral alicerçada na família.

## Considerações finais

São notáveis as divergências entre diferentes formas de abordar o campesinato, seja seu foco nas relações externas ou sob uma visão isolada acerca da unidade familiar. A economia familiar, centrada no abastecimento do grupo doméstico, é uma característica inexorável das interpretações teóricas do campesinato. Mas apesar dos embates teóricos, este trabalho reafirma a tese que se apóia no campesinato como ordem moral, tendo terra e família como determinantes da economia camponesa. Uma economia que enfatiza e é constituída por uma dimensão moral ancorada em valores.

A terra como patrimônio extrapola sua condição de mercadoria e seu valor de troca. Reforça-se, aqui, o patrimônio como algo socialmente construído e simbolicamente percebido pelos camponeses. As representações da terra como patrimônio projetam a condição que lhe é constitutiva de mecanismo de perpetuação da história da família. Trata-se de condições morais da reprodução do uso do valor-Terra.

A família como tronco de uma linhagem (K. WOORTMANN, 1990) atribui à economia camponesa seu princípio hierárquico. Ao trabalho é atribuída valoração ética, socialmente determinada no interior da família. A economia camponesa, portanto, é uma economia familiar pela qual a instituição família elabora suas estratégias de reprodução. Não se trata apenas de estratégias instrumentais, mas da reprodução do uso do valor-Família.

Terra e família, vistas a partir do prisma economicista como instrumentais na composição da unidade de produção, são entendidos aqui como expressões de uma moralidade. Destarte, a economia camponesa é abordada como uma economia moral alicerçada sob uma “ética camponesa”. É importante ressaltar que nesse contexto de valorações éticas, as categorias terra e família são densamente interconectadas e correspondem a uma dádiva camponesa e seu *locus* de existência.

A economia camponesa, como parte de uma ordem moral, está imbricada no conjunto das relações interpessoais dos grupos sociais. Esta imersão do econômico no social, em busca da reprodução de valores, como o valor-Terra e o valor-Família, se configura como uma distinção da economia camponesa. As relações sociais que marcam as relações econômicas estão sempre cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 16, n. 2, P 35-64, nov., 2004.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DIMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 167-194.

FLIGSTEIN, N. Mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 195-227.

GOUBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora. Oeiras, Portugal, 2003. pp. 69-123.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **RAE - Revista de Adm. de Empresas**. São Paulo, v. 47. Nº. 2, p. 49-60, abr./jun., 2007.

MARTINS, R. B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century, Minas Gerais, Brazil**. Nashville: Tenesse, 1980.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. v.2

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008.

QUEIROZ, M. S. C. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

REDIFIELD, R. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: USAID, 1964.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 8, n.7, p.1-21, jul./dez., 2005.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negocia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.